

Para tentar evitar o naufrágio



A infame inflação recomeçou a empurrar o grande barco para rumo incerto

Aâncora cambial, já bem corroída pelo sal dos mares interiores, acabou despedaçada com a ajuda de fortes turbulências externas. A infame inflação, durante quatro anos bem contida por fortes amarras, recomeçou a empurrar o grande barco para rumo incerto. Os passageiros, alarmados, observam. Voltará ela a comprimir os ganhos dos mais pobres, perturbar a produção, desorientar os preços relativos e toda a lógica econômica com seu maldito turbilhão? Ou as novas equipes de resgate conseguirão minimizar os danos e providenciar com urgência uma nova ancoragem? Alguém no convés lembra que é preciso estar alerta para não cair na tentação fácil de usar um brutal lastro de chumbo – também conhecido por taxa de juros –, facilmente à disposição na beira do cais. A grande nau, com seu motor há muito avariado e vazamentos por tamar, não suportaria esse novo peso mais do que por um brevíssimo tempo. Iria a pique, deixando a flutuar sobre as ondas – como prova inútil – esta desajeitada metáfora.

Durante quatro anos e meio o País saboreou, ainda que desconfiado, a sensação de ter matado o monstro. Foi aos poucos, mas de maneira inexorável. No primeiro ano e meio, os preços ainda cresceram 30 e poucos por cento. No ano seguinte, 10%. No outro, 5%. E, finalmente, no ano passado, ato final da tragédia, surgiu a surpreendente e histórica queda de 1,8%. Enquanto isso, a âncora já era um fiapo sacudido por ventos asiáticos.

Para que aprendamos alguma coisa temos de examinar com cuidado como a queda da inflação estava sendo garantida. Durante todos esses quatro anos e meio, foram os chamados *tradables* – palavrão que, para os economistas, significa

produtos em competição aberta – que garantiram a baixa. O grande santo foi o vestuário, que caiu quase 70 pontos percentuais abaixo da inflação do período. O anjo auxiliar chamou-se alimentação: 26 pontos menos. As chamadas despesas pessoais – inclusive nossos barbeiros e manicures – resistiram quanto puderam. Mas foram levadas pelo turbi-

lhão de baixa quando a massa de salários começou a cair, nos últimos dois anos e meio. Já os grandes demônios, que resistiram até o fim, foram justamente habitação e educação. Ambos com o vergonhoso recorde de 72 pontos percentuais acima da inflação. Não foi à toa que explodiu a busca de vagas em escolas públicas e baixos de viadutos. O diabo seguinte foram – outra péssima notícia – as despesas de saúde, que cresceram 41 pontos a mais que os preços totais. Ainda assim, no ano passado só educação – seguida de longe pela saúde – conseguiu esboçar alguma resistência à queda ge-

ral, que também as acabou levando de roldão.

O drama é que grande parte da queda de preços se deu pela incorporação direta de artigos estrangeiros à cesta de consumo ou de componentes importados ao produto final. Com o dólar a R\$ 1,20 e tarifas reduzidas, importar era quase sempre a melhor solução para qualidade e preço. De queijos, drops, chá e camisas a peças de eletrodomésticos ou automóveis prontos, a importação barata tudo contaminou. E, com isso, não só o estímulo para o aumento local da produtividade se esvaiu como o déficit da balança comercial foi para as nuvens.

Agora, com a explosão do dólar, tudo mudou. Qualquer que seja a taxa de conversão futura de equilíbrio, de R\$ 2,20 a R\$ 1,60, tratar-se-á de um outro País, subordinado a uma nova lógica econômica. A pressão das importações sobre os preços cessa imediatamente. Duas tendências contraditórias se estabelecem. A primeira é uma volta ao processo de substituição de importações, que pode ser positiva. A outra, um afrouxamento sobre o controle de preços que o mercado competitivo impunha: Afinal, se o vinho estrangeiro custava 20 e o nacional – nessa hipótese, bem

inferior –, 15, já que agora o importado passou a 35, por que não elevar o nacional a 25? O impacto dessa mudança de lógica sobre os preços pode ser, de fato, explosivo para a inflação. E, já que não há mais condição de controlá-la com competição, a tentação é domá-la com uma forte contenção da demanda por meio de uma taxa de juros nominal absurda – que garanta um rendimento real em março, abril e maio – e uma draconiana restrição da liquidez. Daí rezar o acordo com o FMI que a taxa de juros será a necessária para que a inflação se mantenha sob controle. O que, além de poder aprofundar a recessão, lança inquietações crescentes sobre a dívida interna.

São várias as condições para que esse remédio perigoso possa funcionar. A primeira é que o dólar baixe muito rapidamente, ou seja, possa chegar a cerca de R\$ 1,70 em dois ou três meses. A segunda, em parte decorrente dessa, é que a inflação se mantenha em até uns 12% e, portanto, não exija uma reindexação que realimentaria a memória inflacionária adormecida e conduziria à velha espiral. Outra é que a credibilidade internacional volte, se abram linhas de crédito para exportações e o saldo da balança comercial seja muito exuberante, garantindo base para recuperação econômica enquanto o mercado doméstico permanece garroteado. E, finalmente, a mais importante é que o paciente não morra antes de as outras hipóteses serem simultaneamente atingidas.

Com o anúncio da taxa básica de 45%, está feita a escolha de um lastro de emergência: o chumbo grosso à mão na beira do cais, ou seja, os juros brutais. Para que ele não leve nosso país ao naufrágio é preciso que fique embarcado por muito pouco tempo, seja acompanhado de ações muito competentes e receba as bênçãos dos melhores deuses do mar. Amém.

